

BANCA E SERVIÇOS
FINANCEIROS

WITH
slcm

**FOI PUBLICADO PELO
BANCO DE PORTUGAL UM
MANUAL DE BOAS PRÁTICAS
SOBRE O RECURSO À
VIDEOCONFERÊNCIA NA
COMPROVAÇÃO DE
ELEMENTOS IDENTIFICATIVOS**



MANUAL DE BOAS PRÁTICAS SOBRE O RECURSO À VIDEOCONFERÊNCIA NA COMPROVAÇÃO DE ELEMENTOS IDENTIFICATIVOS

Foi publicado, no passado dia 5 de março de 2021, pelo Banco de Portugal um documento que visa, entre outros, definir um conjunto de *boas práticas que devem nortear a atuação das entidades obrigadas na implementação e gestão da videoconferência como procedimento alternativo de comprovação de elementos identificativos*¹. Pretende-se assim, através das referidas *guidelines*, orientar as entidades financeiras que recorram à videoconferência no processo de identificação dos seus clientes enquanto procedimento alternativo de comprovação de elementos identificativos.

As boas práticas *supra* referidas oferecem orientações nas seguintes matérias: (i) requisitos prévios à adoção da videoconferência, em particular, a *análise de risco que identifique de forma unívoca os riscos de BC/FT [branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo] que lhes estão especificamente associados, assim como os meios, procedimentos e mecanismos de controlo que se mostrem adequados à respetiva mitigação*; (ii) recurso a terceiros prestadores de serviços (*outsourcing*); (iii) requisitos técnicos e condução da videoconferência; (iv) entrega de fundos inicial; (v) formação e atuação dos colaboradores que realizam o procedimento de videoconferência; e (vi) relação da entidade financeira

As entidades financeiras obrigadas ao cumprimento das medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo previstas ao abrigo da Lei n.º 83/2017, deverão informar o Banco de Portugal do estado de execução das boas práticas referidas, justificando fundamentadamente qualquer decisão de não acatar, no todo ou em parte, aquelas recomendações. A decisão de não acatamento deve ser reduzida a escrito, na qual as entidades obrigadas devem identificar expressamente os aspetos não acatados e apresentar a competente justificação que sustente o não acatamento (*“comply or explain”*).

¹ Disponível para consulta no website do Banco de Portugal em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/documentos-relacionados/boas_praticas_videoconferencia.pdf.

Alerta-se, por fim, que estas boas práticas compiladas pelo Banco de Portugal devem ser sempre lidas em conjunto com a demais legislação e regulamentação acerca da matéria tratada, em particular, o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2018, Aviso esse que, entre outros aspetos, incorporou no seu Anexo I os requisitos de admissibilidade do recurso à videoconferência enquanto meio ou procedimento alternativo de comprovação dos elementos identificativos que ofereçam determinados graus de segurança.

09 de março de 2021



Carolina Martins Correia cmc@slcm.pt

A informação contida nesta WITH não consubstancia opinião ou assessoria jurídica, não dispensando a consulta da legislação referida e/ou aconselhamento junto de um profissional para aplicação a situações concretas.

slcm

SERRA LOPES, CORTES MARTINS // ADVOGADOS

Rua General Firmino Miguel nº3 Torre 2 - 10º B // 1600-100 Lisboa Portugal
Tel: +351 21 723 40 00 // slcm@slcm.pt // www.slcm.pt

Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, RL // Ins. Ordem dos Advogados nº 18/89